



20

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: SURDEZ, CEGUEIRA E OUTRAS CONDIÇÕES

Alessandra Lenz
Cleusmária Pereira Da Silva
Daiane Cristina Andrade Lisboa
Elisângela Gouvêa De Souza
Maura Sirlene Morilha Leão
Patrícia Aparecida Gonçalves Ribeiro
Patricia Kelli Bonetti
Roliane Dos Santos Arcanjo
Roseli Berbel Dos Santos
Silene Francisca Dos Santos Brizola
Sueli Silva Da Mota Goncalves

RESUMO

A Educação Especial no Brasil tem avançado significativamente nas últimas décadas, especialmente após a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que consolidou o direito de todos à aprendizagem em ambientes regulares de ensino. Essa política representa um marco no reconhecimento da diversidade como elemento essencial do processo educativo, buscando eliminar barreiras e promover oportunidades iguais para todos os estudantes. No entanto, apesar dos avanços, ainda persistem desafios que envolvem a formação docente, a estrutura das escolas e a conscientização da sociedade sobre a importância da inclusão. Este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios e práticas pedagógicas voltadas à inclusão de estudantes com deficiência, com destaque para aqueles com surdez, cegueira e deficiências múltiplas, considerando os aspectos formativos, pedagógicos e sociais que influenciam a efetivação da educação inclusiva no Brasil. A pesquisa é de natureza qualitativa e baseia-se em revisão bibliográfica de estudos, artigos científicos, legislações e documentos oficiais que abordam a Educação Especial na perspectiva da inclusão. O método adotado busca compreender criticamente as ações e políticas implementadas, bem como identificar práticas pedagógicas que favoreçam a participação e o aprendizado dos estudantes com deficiência. Os resultados apontam que, embora existam políticas públicas consistentes, sua efetivação ainda depende de ações práticas e contínuas nas escolas. Além disso, observa-se a necessidade de uma mudança de paradigma nas instituições de ensino, de modo que a inclusão seja entendida como um processo coletivo, que valoriza a diversidade e promove a equidade, em vez de uma mera obrigação legal. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva no Brasil depende da articulação entre políticas públicas

PALAVRAS-CHAVES: Educação especial; Inclusão; Surdez; Cegueira; Acessibilidade; Diversidade



10.71248/9786583818003 – 20

20

SPECIAL EDUCATION AND THE CHALLENGES OF INCLUSION FOR STUDENTS WITH DISABILITIES: DEAFNESS, BLINDNESS, AND OTHER CONDITIONS

ABSTRACT

Special Education in Brazil has advanced significantly in recent decades, especially after the implementation of the National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education, which consolidated the right of everyone to learn in regular educational environments. This policy represents a milestone in recognizing diversity as an essential element of the educational process, aiming to remove barriers and promote equal opportunities for all students. However, despite these advances, challenges remain, including teacher training, school infrastructure, and societal awareness of the importance of inclusion. This article aims to analyze the main challenges and pedagogical practices directed toward the inclusion of students with disabilities, with a focus on those who are deaf, blind, or have multiple disabilities, considering the formative, pedagogical, and social aspects that influence the implementation of inclusive education in Brazil. The research is qualitative in nature and is based on a literature review of studies, scientific articles, legislation, and official documents that address Special Education from the perspective of inclusion. The adopted method seeks to critically understand the actions and policies implemented, as well as to identify pedagogical practices that promote the participation and learning of students with disabilities. The results indicate that, although there are consistent public policies, their implementation still depends on practical and continuous actions in schools. Furthermore, there is a need for a paradigm shift in educational institutions so that inclusion is understood as a collective process that values diversity and promotes equity, rather than merely a legal obligation. It is concluded that the effective implementation of inclusive education in Brazil depends on the coordination of consistent public policies, pedagogical practices sensitive to differences, and the engagement of society as a all.

KEYWORDS Special education; Inclusion; Deafness; Blindness; Accessibility; Diversity

1. INTRODUÇÃO

A Educação Especial, como modalidade transversal a todos os níveis e etapas de ensino, tem por objetivo garantir o atendimento educacional especializado (AEE) aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008).

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/1996) asseguram o direito de todos à educação, o que inclui a permanência, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Este artigo de cunho bibliográfico discute os desafios da inclusão educacional de estudantes com surdez, cegueira e deficiências múltiplas, abordando aspectos pedagógicos, de formação docente e de acessibilidade. A perspectiva inclusiva busca superar o modelo assistencialista e segregador, propondo a valorização das diferenças no espaço escolar. Segundo Mantoan (2006), a inclusão não é apenas física, mas implica em transformar o ensino para atender à diversidade de todos os alunos. A inclusão requer a construção de ambientes de aprendizagem acessíveis, a adaptação de conteúdos e o uso de tecnologias assistivas. Perspectiva inclusiva pressupõe o direito de todos à educação em ambientes comuns de ensino. Segundo Mantoan (2006), a inclusão vai além do simples acesso à escola, exigindo práticas pedagógicas que respeitem as necessidades específicas de cada aluno e promovam sua plena participação. Isso implica mudanças estruturais na organização escolar, na formação dos professores e na atuação de profissionais da Educação Especial, como os tradutores e intérpretes de Libras, os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), entre outros.

A legislação brasileira, especialmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), tem avançado na garantia do direito à educação inclusiva. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) estabelece que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos nas classes comuns do ensino regular, promovendo o atendimento educacional especializado como suporte.

Apesar dos avanços normativos, a efetivação da educação inclusiva enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se: a resistência de parte dos profissionais à mudança de paradigma, a falta de formação continuada específica, a escassez de recursos pedagógicos acessíveis e a ausência de apoio sistemático às escolas.

No entanto, é possível identificar boas práticas em diversas redes de ensino, como o uso de tecnologias assistivas, adaptações curriculares, metodologias ativas e colaborativas, e o fortalecimento do trabalho em equipe. A atuação comprometida de gestores escolares e a participação das famílias também são elementos fundamentais para o sucesso da inclusão (Brasil, 2015).

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) reforçam o direito ao ensino em classes comuns, com apoio especializado. A inclusão escolar de pessoas com cegueira pressupõe a oferta de atendimento

educacional especializado (AEE), uso de materiais adaptados e acessibilidade comunicacional e arquitetônica.

2. EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES COM SURDEZ

A educação de estudantes surdos requer uma abordagem bilíngue, em que a Língua Brasileira de Sinais -Libras, seja a primeira língua e o português escrito, a segunda (Dettmann, Fiorin e Seibert, 2025). A presença de intérpretes de Libras, professores bilíngues e materiais visuais é fundamental para garantir a compreensão e a participação dos alunos surdos. A educação de estudantes com surdez deve respeitar sua forma natural de comunicação, que é a Língua Brasileira de Sinais -Libras

A legislação brasileira, como a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005, garante o direito ao uso da Libras nas escolas e exige a presença de professores bilíngues e intérpretes de Libras. Porém, muitas escolas ainda não têm profissionais preparados, nem materiais acessíveis, o que dificulta a inclusão.

A proposta de ensino bilíngue valoriza a identidade cultural dos surdos e busca promover a aprendizagem de forma mais justa e respeitosa. Para isso, é essencial investir em formação de professores, tecnologias acessíveis e ações que combatam o preconceito. A educação de estudantes com surdez é uma temática que envolve múltiplas dimensões como a linguística, a cultural, a pedagógica e a social. Ao longo do tempo, diferentes modelos de ensino foram adotados, variando entre a oralização forçada e o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio natural de comunicação dos surdos. Atualmente, a proposta mais aceita é a da educação bilíngue, na qual a Libras é reconhecida como primeira língua (L1) e o português escrito como segunda (L2) (Skliar, 1999).

A legislação brasileira reconhece os direitos linguísticos e educacionais das pessoas com surdez. A Lei nº 10.436/2002 reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão, e o Decreto nº 5.626/2005 regulamenta seu uso no sistema educacional, estabelecendo a obrigatoriedade da presença de professores bilíngues, tradutores e intérpretes de Libras nas instituições de ensino. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) reforça que alunos com surdez devem estar matriculados em classes comuns do ensino regular, com apoio especializado, sem prejuízo do direito a espaços bilíngues quando necessário.

Apesar dos avanços legais, as práticas escolares ainda enfrentam desafios, como a falta de profissionais capacitados: professores com domínio em Libras e metodologias específicas para o ensino

de surdos são escassos, a ausência de intérpretes, onde muitas escolas não contam com intérpretes de Libras, prejudicando o acesso ao conteúdo, materiais didáticos inadequados onde a maioria dos livros e recursos pedagógicos não é acessível em Libras e as barreiras atitudinais: a visão medicalizante e preconceituosa da surdez ainda persiste, o que compromete o processo de inclusão (Nishiyama, Lima e Pereira, 2024). A proposta bilíngue valoriza a identidade surda, entendendo que a Libras é a língua natural da comunidade surda e o principal instrumento para o desenvolvimento cognitivo e social. O português escrito é ensinado como segunda língua, respeitando o tempo e as estratégias de aprendizagem específicas dos estudantes com surdez (Quadros e Karnopp, 2004).

Algumas práticas bem-sucedidas envolvem o uso de tecnologias digitais com vídeos em Libras, a presença de professores surdos como modelos linguísticos, a existência de projetos culturais voltados à valorização da cultura surda e a formação continuada de toda a equipe escolar. A educação de estudantes com surdez não deve ser tratada como uma adaptação genérica, mas como uma proposta pedagógica específica, que respeite a singularidade linguística e cultural dos surdos. Para que a inclusão ocorra de fato, é necessário investimento em formação docente, infraestrutura, materiais acessíveis e políticas públicas que garantam o direito a uma educação bilíngue de qualidade.

3. EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES COM CEGUEIRA

Os alunos com cegueira precisam de recursos específicos, como o sistema Braille, softwares leitores de tela e livros em formato acessível. Segundo Stadler e Manjiski (2025), a autonomia e o protagonismo desses alunos são favorecidos quando a escola adota práticas pedagógicas inclusivas e adaptadas.

É importante que os profissionais envolvidos no processo educacional de estudantes cegos tenham um conhecimento básico sobre as suas especificidades em relação à leitura e escrita, tendo em vista a realização de adequações nas estratégias de ensino, visando garantir uma comunicação adequada da linguagem matemática a tais estudantes, e (re)avaliar, por exemplo, a pertinência da concessão da dilação de tempo para realização e entrega das atividades acadêmicas e os formatos dos instrumentos formais de avaliação; os docentes devem fornecer aos monitores e profissionais do núcleo de acessibilidade, como transcritores, os materiais didáticos a serem adotados em cada disciplina com antecedência suficiente para a realização das adequações necessárias, evitando o descompasso temporal entre as atividades propostas, os conteúdos desenvolvidos durante as aulas e a disponibilização desse material ao estudante cego (Silva e Camargo, 2025, p.27)

A educação de estudantes com cegueira deve garantir acesso, autonomia e participação ativa na escola. Esses alunos precisam de recursos específicos, como o sistema Braille (para leitura e escrita) e tecnologias assistivas, como leitores de tela e softwares adaptados.

As leis brasileiras, como a LDB e a Lei Brasileira de Inclusão, garantem o direito de estudar em escolas regulares, com apoio especializado. No entanto, ainda há muitos desafios, como a falta de formação adequada dos professores, materiais acessíveis e estrutura física apropriada.

Com apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), formação continuada de professores e uso de recursos inclusivos, é possível oferecer uma educação de qualidade para estudantes com cegueira.

A inclusão de estudantes com cegueira no ensino regular representa um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para repensar práticas pedagógicas. A deficiência visual, quando total (cegueira), implica na ausência completa da visão e exige o uso de recursos específicos para garantir o acesso ao currículo escolar. É essencial promover estratégias que respeitem a individualidade dos alunos e favoreçam sua participação ativa na vida escolar. (Corrêa e Cassiano, 2025).

O principal recurso de leitura e escrita para pessoas cegas é o sistema Braille, que deve estar presente nos materiais escolares, livros didáticos e instrumentos de avaliação. Além disso, o uso de tecnologias assistivas, como leitores de tela, softwares ampliadores e impressoras Braille, são fundamentais para o desenvolvimento acadêmico. O papel do professor do AEE é essencial na adaptação de atividades, no apoio à equipe docente e no planejamento de ações inclusivas. É igualmente importante a formação continuada de todos os professores da escola para lidar com a diversidade. (Silva et al., 2025)

Apesar dos avanços legais e pedagógicos, ainda existem desafios a superar como a falta de formação específica dos professores, a escassez de materiais didáticos acessíveis, as barreiras físicas e atitudinais e pocas escolas com estrutura adequada para o uso do Braille e das tecnologias assistivas. Por outro lado, experiências bem-sucedidas mostram que, com apoio adequado, estudantes cegos podem ter um excelente desempenho escolar, participar de todas as atividades e desenvolver sua autonomia.

4. EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS

A escolarização de alunos com deficiências múltiplas apresenta desafios ainda maiores, pois requer planos pedagógicos individualizados (PPI) e atuação interdisciplinar entre professores, terapeutas e famílias. É necessário articular o currículo escolar com as capacidades e necessidades específicas de cada estudante (Oliveira, et al., 2025).

Os estudantes com deficiências múltiplas apresentam mais de uma deficiência simultaneamente, o que requer abordagens educacionais individualizadas e interdisciplinares. Este artigo discute os aspectos legais e pedagógicos da inclusão escolar desse público, destacando a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), da formação docente e da colaboração entre escola, família e profissionais da saúde. Aponta ainda os desafios enfrentados para garantir o direito à educação com equidade e dignidade.

A presença de estudantes com deficiência nas escolas regulares tem exigido uma reconfiguração das práticas docentes e da cultura escolar. A inclusão não se limita à matrícula, mas implica transformar os processos de ensino e aprendizagem de forma a garantir a participação ativa e o protagonismo de todos os estudantes. Nesse contexto, é essencial repensar as metodologias pedagógicas utilizadas, buscando abordagens que valorizem a diversidade e possibilitem diferentes formas de aprender. As metodologias ativas têm ganhado destaque como estratégias promissoras para responder a essas demandas. Fundamentadas na ideia de que o estudante deve ser sujeito ativo da sua aprendizagem, essas metodologias rompem com a lógica transmissiva tradicional, propondo experiências de ensino centradas na colaboração, na problematização e na autonomia (Silveira et al., 2025, p.4).

A educação de estudantes com deficiências múltiplas ou a combinação de duas ou mais deficiências como a física, a sensorial e a intelectual, etc., demanda planejamento pedagógico cuidadoso, considerando suas necessidades complexas. Esses estudantes podem enfrentar dificuldades de comunicação, mobilidade, cognição e interação social, tornando necessário o uso de estratégias educacionais altamente personalizadas.

4.1 Aspectos Legais e Políticas Públicas

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) destaca que estudantes com deficiências múltiplas devem ter acesso a recursos pedagógicos, tecnologias assistivas e apoio de profissionais especializados, como intérpretes, cuidadores e terapeutas, para garantir o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Nesse processo, é preciso entender que a escola comum nem sempre será a melhor alternativa para todos(as) os(as) alunos(as) PAEE, exatamente por ter limitados os recursos especializados que a ela podem ser agregados, dadas as suas configurações institucionais e organizacionais. Isso não significa negar direitos, mas justamente reconhecer a especificidade, em uma política de equidade, condizente com as necessidades e reivindicações dos diversos estudantes com deficiência, altas habilidades e TEA, dentre tantos outros sujeitos, que são constantemente generalizados em suas condições e demandas. (Bezerra, 2021, p.22).

Alguns dos principais desafios para a inclusão de estudantes com deficiências múltiplas são a falta de formação específica dos professores sobre múltiplas deficiências, dificuldades na adaptação do currículo às necessidades desses estudantes, a escassez de materiais pedagógicos acessíveis e personalizados, a necessidade de parcerias com profissionais da saúde e assistência social e a limitações na infraestrutura escolar para garantir acessibilidade. (Bezerra, 2021)

A inclusão pode ser favorecida por planejamento pedagógico colaborativo, com participação do professor regente, do AEE e da família, o uso de tecnologias assistivas como no caso do uso de pranchas de comunicação e recursos auditivos ou táteis, a criação de rotinas estruturadas e ambiente previsível

para o aluno, a valorização da autonomia e da comunicação, ainda que por meios não verbais e investimento em formação continuada de professores e equipes escolares.

5-Material e Métodos

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e com abordagem descritivo-analítica, tendo sido conduzida entre os meses de janeiro e março de 2025, com foco na análise de publicações relacionadas à Educação Especial e à Educação Inclusiva no contexto brasileiro. O estudo foi desenvolvido de forma remota, com busca bibliográfica realizada nas bases de dados SciELO, Google Acadêmico, Periódicos CAPES e ERIC (Education Resources Information Center), além da consulta a documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) e legislações pertinentes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Foram incluídos estudos, artigos científicos e documentos publicados entre 2010 e 2025, redigidos em língua portuguesa, que abordassem diretamente práticas pedagógicas, políticas públicas e desafios relacionados à inclusão de estudantes com deficiência, especialmente aqueles com surdez, cegueira e deficiências múltiplas. Materiais sem autoria identificada, duplicados ou que não tratassem especificamente da temática da educação inclusiva foram excluídos.

A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental e leitura crítica dos materiais selecionados, com as informações organizadas em categorias temáticas que contemplam os aspectos formativos, pedagógicos e sociais que influenciam a efetivação da inclusão escolar. As variáveis consideradas envolveram a formação docente para o atendimento educacional especializado, práticas pedagógicas inclusivas, acessibilidade e infraestrutura escolar, e participação social e institucional. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo, conforme o referencial de Bardin (2016), buscando identificar recorrências, contradições e lacunas nos discursos e nas práticas relatadas pelos autores consultados.

6. Considerações Finais

A inclusão de estudantes com deficiências múltiplas é um direito garantido por lei e um desafio ético e pedagógico para as escolas. Requer compromisso com a equidade, respeito às diferenças e articulação entre educação, saúde e família. Com formação adequada e recursos de apoio, é possível promover uma escola verdadeiramente inclusiva.

A Educação Especial, sob a ótica da inclusão, é um direito fundamental e um dever do Estado e da sociedade. Superar os obstáculos da inclusão de estudantes com surdez, cegueira e deficiências

múltiplas exige compromisso com a equidade, o respeito às diferenças e a construção de uma escola que acolha a todos. A formação dos professores é essencial para o sucesso da inclusão.

A **Base Nacional Comum Curricular** (2018) e as Diretrizes Curriculares Nacionais apontam a necessidade de preparar os docentes para atuar com diversidade, utilizando metodologias ativas, recursos acessíveis e avaliação flexível e investir na formação continuada é condição indispensável. A educação de estudantes com cegueira exige mais do que adaptações físicas: é necessário um compromisso com a valorização da diferença e com a qualidade da inclusão. Isso só será possível com políticas públicas eficazes, investimento em formação de professores e uma cultura escolar acolhedora e acessível a todos.

A Educação Especial na perspectiva inclusiva representa um compromisso com os direitos humanos e com uma escola democrática e de qualidade para todos. Para que essa proposta se concretize, é necessário romper com práticas excludentes e promover uma cultura escolar baseada na valorização da diferença. Isso requer políticas públicas consistentes, investimento em formação docente e mudança de atitudes em todos os níveis da educação.

Referências

- Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo.** 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.
- Bezerra, Giovani Ferreira. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: por uma (auto) crítica propositiva. **Roteiro**, v. 46, 2021.
- Brasil.** Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.
- Brasil.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: MEC/SEB, 2013.
- Brasil. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** MEC/SEESP, Brasília, 2008.
- Brasil. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005.
- Brasil. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002.
- Brasil. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.
- Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.
- Corrêa, Giocemar Nunes Santos. Cassiano, Genilsia das Neves. A INCLUSÃO DA PESSOA COM SURDOCEGUEIRA. **BIUS-Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia**, v. 51, n. 45, p. 1-17, 2025.
- Dettmann, Sthefany Marques.Fiorin, Renata Vieira; .Seibert, Thalita Nunes Ruy. O Desafios no processo de escolarização do estudante surdo numa perspectiva inclusiva. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 10, n. 1, p. 1-15, 2025.

Mantoan, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MEC. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**, Modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2015.

Nishiyama, Beatriz Harumi.; Lima, Marisa Dias; DE SOUZA PereiraDias. Pereira, Maristela De Souza. Psicologia, preconceito e representações sobre a pessoa surda: um diálogo necessário. **Revista Psicologia Política**, v. 24, 2024.

Oliveira, Amália Rebouças de Paiva et al. AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INDÍGENA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ. **EDUCAÇÃO EM ANÁLISE: Pesquisas, Saberes e Práticas**, p. 67, 2025.

Quadros, Ronice Müller de. Karnopp, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Silva, Marcela Ribeiro da. Camargo, Eder Pires de. O processo de inclusão de um estudante cego em um curso de licenciatura em Física: uma análise das ações e contribuições do ambiente educacional. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 30, n. 1, p. 369-401, 2025.

Silva, Adriano Aparecido da et al. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CEGUEIRA: REFLEXÕES SOBRE EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS NO ENSINO REGULAR**. ARACÊ, v. 7, n. 5, p. 21584-21596, 2025.

Silveira, Daniel Duarte et al. APRENDIZAGEM ATIVA E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: POSSIBILIDADES PARA UMA ESCOLA ACESSÍVEL. ARACÊ, v. 7, n. 5, p. 24250-24268, 2025.

Skliar, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

Stadler, Marla. Manjiski, Everson. A inclusão de pessoas com deficiência visual nas escolas: desafios e superações. **Revista Teias de Conhecimento**, v. 1, n. 5, p. 139-168, 2025.